



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA PERMANENTE DE SELEÇÃO -COPESE



EDITAL Nº03/2016 - UFPI

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
EM SAÚDE DO CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (PARNAÍBA) DA UFPI - ÁREAS PROFISSIONAIS
PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, ENFERMAGEM E FARMÁCIA - 2016**

O Reitor da Universidade Federal do Piauí-UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG), da Comissão de Residência Multiprofissional e em Áreas Profissionais da Saúde da UFPI (COREMU) e da Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na legislação vigente, torna pública a abertura de inscrições para seleção de candidatos ao preenchimento de vagas no Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia, em conformidade com as exigências do Regulamento deste Programa, da Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077/2009 e sua alteração e da Resolução CNRMS nº 2/2012.

01-DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 A Residência em Área Profissional da Saúde é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, instituído pela Lei nº 11.129, de 30/06/2005 e regulamentado pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077, de 12/11/2009, e resoluções complementares emanadas da CNRMS/MEC.
- 1.2 O Processo Seletivo para o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia, para ingresso no ano de 2016, será regido por este Edital e executado pela Coordenadoria Permanente de Seleção – COPESE, vinculada à Reitoria da UFPI.

02-DO PROGRAMA

- 2.1 O curso terá a carga horária de 5.760 horas, com **60 (sessenta) horas semanais** e requer **dedicação exclusiva**, não podendo o residente desenvolver outras atividades profissionais no período de realização da residência, conforme o artigo 13, § 2º, da Lei nº 11.129/2005.
- 2.2 Os certificados de Conclusão de Curso serão expedidos pela PRPG da UFPI.
 - 2.2.1 Fará jus ao certificado de conclusão do programa o residente que obtiver aprovação e frequência estabelecida pelo curso em cada disciplina ou atividade, de acordo com o artigo 42, da Resolução nº 131/2005 - CEPEX/UFPI.
- 2.3 As áreas profissionais, instituição executora, a duração e as vagas ofertadas para o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia - 2016 estão dispostas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Vagas oferecidas por área profissional

PROGRAMA	CÓD.	ÁREA PROFISSIONAL	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	DURAÇÃO	VAGAS
Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI	01	Psicologia	Campus Ministro Reis Velloso da UFPI/ Secretaria Municipal de Saúde de Parnaíba	02 anos	03
	02	Fisioterapia		02 anos	03
	03	Enfermagem		02 anos	03
	04	Farmácia		02 anos	03
TOTAL					12

03-DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 Poderão inscrever-se no processo seletivo candidatos graduados em Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia ou em fase de conclusão do curso de graduação em Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem ou Farmácia (último período), desde que possam concluí-lo até o dia da efetivação da matrícula de ingresso no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia.
- 3.2 A solicitação da inscrição será efetuada exclusivamente via internet, no endereço eletrônico www.ufpi.br/copese, a partir do dia **26/01/2016** até às **23h59min** do dia **02/02/2016**, observado o horário local.
- 3.3 O candidato deverá preencher integralmente o Formulário Eletrônico de Inscrição, imprimir seu pedido de inscrição e a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento da taxa no valor de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**. O pagamento deverá ser efetivado até o dia **03/02/2016**, em qualquer agência bancária ou em seus correspondentes.

- 3.3.1 O boleto da GRU para o pagamento da taxa de inscrição neste processo seletivo deve ser gerado exclusivamente no endereço eletrônico www.ufpi.br/copese.
- 3.3.2 Não terá validade, para fins de inscrição neste processo seletivo, o boleto da GRU que, embora quitado dentro do prazo, estiver com o código alterado e cujo pagamento não for confirmado pelo agente financeiro para o banco de dados da COPESE/UFPI.
- 3.3.3 O comprovante de agendamento ou programação de pagamento não tem validade para comprovar o pagamento da taxa de inscrição neste processo seletivo.
- 3.4 Os candidatos que atendam às exigências legais estabelecidas no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, poderão solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição no período de **26 a 27/01/2016**, devendo, para tanto, fazer a solicitação no formulário de pedido de inscrição, disponível no sítio www.ufpi.br/copese, informando o Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal, desde que, cumulativamente, se enquadrem nas condições a seguir especificadas:
- a) candidato inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e
- b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, ou seja, aquela com renda *per capita* de até meio salário mínimo ou que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.
- 3.4.1 A Universidade Federal do Piauí consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
- 3.4.2 A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único, do art. 10, do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.
- 3.4.3 A relação dos candidatos com pedidos de isenção deferidos será disponibilizada na internet, no endereço eletrônico www.ufpi.br/copese até o dia **28/01/2016**.
- 3.4.4 Os candidatos que tiverem o seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido deverão efetivar sua inscrição neste processo seletivo de acordo com o subitem 3.3 deste Edital.
- 3.5 As informações registradas no formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispendo a COPESE/UFPI do direito de excluir do certame aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta ou se constatar, posteriormente, que as informações são inverídicas.
- 3.6 A COPESE não se responsabilizará por pedido de inscrição não recebido por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 3.7 Após o envio do formulário eletrônico de inscrição será gerado um comprovante no qual constará o número de inscrição. Este comprovante deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização da prova.
- 3.8 A inscrição do candidato implicará na aceitação total e incondicional das condições previstas neste Edital.
- 3.9 O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário eletrônico de inscrição.
- 3.10 Será desconsiderado o pedido de inscrição que estiver em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 3.11 O candidato somente poderá fazer uma única inscrição na Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia para ingresso no ano de 2016.
- 3.11.1 Havendo mais de uma inscrição paga, independente da área profissional escolhida, prevalecerá a última inscrição cadastrada, ou seja, a de data e horário mais recentes. As demais inscrições realizadas serão desconsideradas, mesmo que sejam para área profissional diferente. Neste caso, o valor da taxa de inscrição não será devolvido.

04-DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

- 4.1 O candidato que desejar atendimento especial no dia de realização da prova deverá indicar se é Portador de Necessidade Especial no Formulário Eletrônico de Inscrição, e encaminhar, via SEDEX, de **26/01/2016** até às **17h** do dia **02/02/2016**, impreterivelmente, à Coordenadoria Permanente de Seleção – COPESE, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, CEP: 64049-550, Teresina-PI, os seguintes documentos:
- a) laudo médico (original ou fotocópia autenticada em cartório), emitido há, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias, considerando-se como limite a data de inscrição neste processo seletivo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência;
- b) formulário próprio para atendimento especial, disponibilizado no endereço eletrônico **www.ufpi.br/copese**, preenchido integralmente e assinado.
- 4.2 O laudo médico e o formulário, citados no subitem 4.1 deste Edital, poderão, ainda, ser entregues até a data estabelecida no referido subitem, em dias úteis, nos horários das 08h30min às 11h30min e das 14h30min às 17h30min, pessoalmente ou por terceiro, na UFPI/COPESE, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina-PI.
- 4.3 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido, bem como às possibilidades de atendimento compatível, dentro das condições da UFPI/COPESE.
- 4.4 O não cumprimento do subitem 4.1, alíneas “a” e “b” deste Edital, desobrigará a organização do Processo Seletivo da confecção de prova ampliada para cegos ou amblíopes, da disponibilização de leitor e da concessão de tempo adicional.
- 4.5 As solicitações após o prazo estabelecido no subitem 4.1 deste Edital serão indeferidas.
- 4.6 O laudo médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.

05-DAS PROVAS

- 5.1 O Processo Seletivo será realizado em **02 (duas) fases**:
- Prova escrita objetiva – 1ª fase;
 - Análise curricular – 2ª fase.
- 5.2 Na primeira fase, de caráter eliminatório e classificatório, o candidato fará prova escrita objetiva com 40 (quarenta) questões, sendo 10 (dez) questões sobre Saúde Pública e Legislação do SUS e 30 (trinta) questões sobre conhecimentos específicos da área profissional do candidato, valendo 2,5 (dois e meio) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos.
- 5.2.1 A realização da prova escrita objetiva (1ª fase) está explicitada no item 06 deste Edital
- 5.3 A segunda fase, de caráter classificatório, consistirá da entrega, pelo candidato ou seu procurador, dos componentes curriculares especificados na Planilha de Análise Curricular-Anexo III deste Edital, e na análise e pontuação dos documentos comprobatórios pela Comissão Examinadora, obedecendo às datas previstas no Cronograma de Execução – Anexo V deste Edital.
- 5.3.1 Os procedimentos para análise curricular (2ª fase) estão explicitados no item 07 deste Edital.
- 5.4 As fases do processo seletivo, a área de conhecimento, o número de questões e a pontuação da prova escrita objetiva e da análise curricular estão especificados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Especificação das fases do Processo Seletivo

FASES	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PONTOS
1ª	Prova escrita objetiva	Saúde Coletiva e Legislação do SUS	10	100
		Conhecimentos específicos da área profissional	30	
2ª	Análise curricular	-	-	100
TOTAL DE PONTOS				200

- 5.5 As questões da prova escrita objetiva constarão de 5 (cinco) alternativas de respostas, do tipo múltipla escolha, com uma única resposta correta.
- 5.6 O conteúdo programático e as bibliografias recomendadas para a prova escrita objetiva constam no Anexo I deste Edital.

06-DA PROVA OBJETIVA – PRIMEIRA FASE

- 6.1 A prova escrita objetiva será aplicada na cidade de Teresina-PI, no dia **14/02/2016**, conforme Cronograma de Execução-Anexo V deste Edital, com 03 (três) horas de duração, já incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, **iniciando-se às 8 (oito) horas e encerrando-se às 11 (onze) horas**, observado o horário local.
- 6.1.1 O local de aplicação da prova será divulgado na internet, na página eletrônica www.ufpi.br/copese, até o dia **11/02/2016**.
- 6.1.2 O candidato deverá acessar o sítio www.ufpi.br/copese e imprimir o seu cartão de inscrição com a informação do local onde será realizada a prova escrita objetiva.
- 6.1.3 É de responsabilidade exclusiva do candidato, a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
- 6.2 O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização da prova com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário fixado para o seu início, munido de:
- caneta esferográfica de tinta preta ou azul-escuro;
 - comprovante de inscrição;
 - documento original de Identidade Civil, Militar, Profissional ou Carteira Nacional de Habilitação (com foto e dentro do prazo de validade).
- 6.2.1 O(s) portão(ões) do Centro de Aplicação de Prova-CAP será(ão) aberto(s) às 7(sete) horas. Se estiver chovendo, o horário de entrada dos candidatos poderá ser antecipado, a critério da Coordenação do CAP, mediante autorização da COPESE.
- 6.2.2 A entrada dos candidatos na sala de prova só será permitida a partir das 7(sete) horas, após identificação e verificação dos dados pelos fiscais credenciados, salvo em caso de motivo de força maior.
- 6.3 Sem o documento original de identificação o candidato não fará a prova escrita objetiva.
- 6.4 Após ser identificado, nenhum candidato poderá retirar-se da sala de aplicação da prova sem autorização e/ou sem acompanhamento da fiscalização.
- 6.5 Identificação especial compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio será exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura.
- 6.6 Não serão aceitos como documentos de identidade: Certidão de Nascimento, CPF, Título Eleitoral, carteira de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
- 6.7 Não será aceita cópia do documento de identificação, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.
- 6.8 Não será admitido à sala de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova.
- 6.9 O candidato que se retirar do local de prova não poderá retornar em hipótese alguma.
- 6.10 É expressamente proibido ao candidato portar no local de aplicação da prova quaisquer aparelhos de comunicação, de cálculo e/ou registro de dados, aparelho celular, armas, bem como boné, boina, chapéu ou similares, nem usar óculos escuros (ressalvados os casos em que o candidato apresentar comprovante de recomendação médica).

- 6.11 Durante a realização da prova escrita objetiva, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos.
- 6.12 A Comissão não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
- 6.13 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a realização da prova:
- a) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
 - b) for surpreendido portando qualquer dos equipamentos ou similar, discriminados no subitem 6.10 deste Edital;
 - c) faltar com o devido respeito com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes e com os candidatos;
 - d) recusar-se a entregar o caderno de questões/prova e/ou o cartão-resposta ao término do tempo destinado para a sua realização;
 - e) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal e/ou portando cartão-resposta;
 - f) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
 - g) portar arma de qualquer natureza, mesmo que possua o respectivo porte;
 - h) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do certame.
- 6.14 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova escrita objetiva poderá fazê-lo, devendo, para tanto, encaminhar à COPESE/UFPI solicitação disponível na página eletrônica www.ufpi.br/copese até 5 (cinco) dias antes da prova, com qualificação completa da candidata e os dados completos do(a) acompanhante, que deverá comparecer ao local de realização da prova, ficar em sala reservada para esta finalidade e responsabilizar-se pelos cuidados e guarda da(s) criança(s) durante a prova.
- 6.14.1 No momento da amamentação, a candidata deverá ser acompanhada por uma fiscal.
- 6.14.2 Não haverá compensação do tempo de amamentação no tempo de duração da prova.
- 6.14.3 A candidata lactante que estiver com a(s) criança(s) no momento de realização da prova e não levar acompanhante não realizará a prova.
- 6.15 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação da prova em razão de afastamento de candidatos da sala de aplicação da prova.
- 6.16 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação.
- 6.17 O cartão-resposta será entregue ao candidato após decorridos 30 (trinta) minutos do início da realização da prova. Na ocasião, o candidato assinará o cartão-resposta e a folha de frequência.
- 6.18 Somente será permitido ao candidato entregar o caderno de questões (prova) e o cartão-resposta **após 1 (uma) hora** do início da realização da prova.
- 6.19 O candidato que, por qualquer motivo, entregar o caderno de questões (prova) antes de completar 1 (uma) hora do início de realização da prova, será automaticamente eliminado do processo seletivo.
- 6.20 As respostas deverão ser transcritas para o cartão-resposta, que é o único documento válido para correção.
- 6.21 O preenchimento do cartão-resposta, conferências de seus dados e assinatura serão de responsabilidade exclusiva do candidato que procederá de acordo com as instruções nele contidas.
- 6.22 As marcações que estiverem em desacordo com as instruções contidas no cartão-resposta serão consideradas incorretas. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta são de inteira responsabilidade do candidato.
- 6.23 Ao encerrar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala, o caderno de questões (prova) e o cartão-resposta devidamente assinados.
- 6.24 Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato, seja qual for o motivo alegado.
- 6.25 O não comparecimento ao local no horário e data determinados para realização da prova implicará a eliminação automática do candidato.
- 6.26 O gabarito da prova será divulgado na data constante no Cronograma de Execução - Anexo V deste Edital.
- 6.27 Não será aplicada prova em local, data ou horário diferentes dos predeterminados no cartão de inscrição do candidato disponibilizado na data constante no Cronograma de Execução - Anexo V deste Edital.
- 6.28 Em hipótese alguma haverá vista ou revisão de prova, facultada, no entanto, a interposição de recursos na forma do item 8 deste Edital.
- 6.29 Se, após a realização da prova, for constatado por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato utilizou de processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do processo seletivo.
- 6.30 Será considerado aprovado na prova escrita objetiva o candidato que atingir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acerto nas questões, até o limite de 05 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas em cada área profissional deste programa de Residência.
- 6.30.1 Os candidatos aprovados na prova escrita objetiva e empatados na última posição do limite de vagas estabelecido para a respectiva área profissional deste programa de Residência também estarão classificados para a 2ª fase (análise curricular) deste processo seletivo.
- 6.30.2 O candidato que não atingir o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acerto das questões da prova escrita objetiva será automaticamente eliminado deste processo seletivo.

07-DA ANÁLISE CURRICULAR – SEGUNDA FASE

- 7.1 Serão selecionados para a segunda fase (análise curricular) apenas os candidatos que obtiverem 50% (cinquenta por cento) de acerto nas questões da prova escrita objetiva, conforme estabelecido no subitem 6.30 deste Edital.
- 7.2 Os títulos a serem considerados são os constantes na Tabela de Pontuação do Currículo-Anexo II deste Edital, não se admitindo pontuação a qualquer outro documento.

- 7.2.1 Serão considerados como títulos apenas os documentos expedidos por instituições devidamente reconhecidas, conforme especificados na Tabela de Pontuação do Currículo-Anexo II deste Edital.
- 7.2.2 Os diplomas e certificados obtidos no exterior só serão aceitos se revalidados e registrados no Brasil, na forma da lei.
- 7.3 A pontuação dos títulos é limitada ao total de 100 (cem) pontos, resultante do somatório dos pontos estipulados na Tabela de Pontuação de Títulos-Anexo II deste Edital.
- 7.4 Os pontos que excederem o valor máximo de cada título estipulado na Tabela de Pontuação do Currículo-Anexo II deste Edital, bem como os que excederem o total de 100 (cem) pontos, serão desconsiderados.
- 7.5 Os documentos comprobatórios a serem examinados deverão ser relacionados de forma organizada (Doc A, Doc B, Doc C, ... Doc O) de acordo com a Planilha de Análise Curricular-Anexo III deste Edital e as citações correspondentes comprovadas com cópias legíveis e autenticadas em cartório e entregues no período de **18 a 19/02/2016**, conforme previsto no Cronograma de Execução-Anexo V deste Edital.
- 7.6 O candidato entregará, obrigatoriamente, a Planilha de Análise Curricular-Anexo III deste Edital, que será disponibilizada até o dia **17/02/2016**, na página eletrônica www.ufpi.br/copese, devidamente preenchida e assinada, acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios.
- 7.7 Será desconsiderado o título que não preencher devidamente o requisito da comprovação.
- 7.8 A entrega de títulos não assegura ao candidato sua aceitação pela comissão que irá analisá-los.
- 7.9 Cada documento será considerado e avaliado uma única vez.
- 7.10 Os Títulos poderão ser entregues pelo candidato munido de documento de identidade ou por procurador, mediante apresentação de fotocópia legível do documento de identidade do procurador e de procuração pública ou particular do interessado, acompanhada de cópia legível de documento de identidade do candidato, no horário das 08h30min às 11h30min e das 14h30min às 17h30min, obedecendo ao período previsto no Cronograma de Execução-Anexo V deste Edital, na Coordenadoria Permanente de Seleção-COPESE/UFPI, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina-PI.
- 7.11 Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados relativos aos títulos, a respectiva pontuação do candidato será anulada.

08-DOS RECURSOS

- 8.1 Admitir-se-á um único recurso por questão, para cada candidato, relativo à divulgação do Gabarito das questões da Prova Objetiva e da Análise dos Currículos. Os recursos deverão ser devidamente fundamentados, dirigidos à COPESE, e encaminhados através de Formulário Eletrônico disponibilizado na página eletrônica www.ufpi.br/copese em data prevista no Cronograma de Execução-Anexo V deste Edital.
- 8.2 Na formulação do recurso da prova objetiva, cada questão deverá ser indicada individualmente e fundamentada com o arrazoado do pleiteante.
- 8.3 Na prova objetiva, o(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos.
- 8.4 Os recursos serão analisados pela Comissão de elaboração da prova e pela Comissão de Análise de Títulos, designadas pela COPESE/UFPI, que decidirão sobre o acolhimento ou não, constituindo-se em única e última instância.
- 8.4.1 A decisão final das Comissões será soberana e definitiva, não cabendo desta forma recurso contra o resultado da decisão em âmbito administrativo.
- 8.4.2 Recursos inconsistentes serão indeferidos.
- 8.5 Os recursos somente serão admitidos se interpostos nos prazos determinados no Cronograma de Execução - Anexo V deste Edital.
- 8.6 Não serão aceitos recursos interpostos via fax, telex, correios, telegrama ou outro meio que não seja o especificado no subitem 8.1 deste Edital.
- 8.7 A COPESE/UFPI não se responsabiliza por recursos não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

09-DO RESULTADO FINAL

- 9.1 A classificação final dos candidatos dar-se-á em ordem decrescente, resultante do somatório do total de pontos obtidos na prova escrita objetiva e na análise curricular até o limite de 05 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas em cada área profissional deste programa de Residência, conforme estabelecido no subitem 6.30 deste Edital.
- 9.2 Ocorrendo igualdade de pontos no Resultado Final, o desempate, para fins de classificação, será em prol do candidato que obtiver maior número de pontos na prova escrita objetiva.
- 9.2.1 Em persistindo o empate, será classificado o candidato que tenha mais idade (na hipótese de haver candidatos com dia, mês e ano de nascimento iguais, o critério de desempate será a hora do nascimento).
- 9.3 O Resultado Final dos candidatos classificados será divulgado na data fixada no Cronograma de Execução - Anexo V deste Edital, no endereço eletrônico www.ufpi.br/copese.
- 9.4 Não caberá recurso de caráter administrativo contra o resultado final deste processo seletivo.

10-DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

- 10.1 Os candidatos aprovados serão admitidos ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI - Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia, na ordem rigorosa de classificação, até o número de vagas oferecidas.
- 10.2 A convocação dos candidatos classificados para o preenchimento das vagas não preenchidas será realizada no dia **29/02/2016**.

- 10.2.1 A divulgação será feita na página eletrônica www.ufpi.br, tendo o candidato o prazo de 1 (um) dia útil para efetuar a matrícula. O candidato que não se apresentar neste prazo será considerado desistente e, portanto, desclassificado.
- 10.3 Caso haja desistência de algum candidato ou residente já matriculado, será convocado o próximo candidato classificado da respectiva área profissional constante na lista do Resultado Final, conforme subitem 9.3 deste Edital, no período máximo de 30 (trinta) dias após o início das atividades do Programa (**01/03/2016**), de acordo com a Resolução CNRMS nº 3, de 16/04/2012.

11-DA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

- 11.1 As matrículas dos candidatos aprovados e classificados serão realizadas no dia **26/02/2016**, no horário das **8 às 12h** e das **14 às 17h**, na Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação/PRPG, no seguinte endereço: Campus Ministro Petrônio Portella, Bloco 06, Bairro Ininga, Teresina – PI, CEP: 64049-550.
- 11.2 No ato da matrícula, o candidato deverá entregar, pessoalmente ou por procuração, a seguinte documentação:
- ficha de cadastro devidamente preenchida;
 - uma foto 3X4 recente e colorida;
 - diploma ou documento comprobatório de conclusão do curso de graduação em Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem ou Farmácia, expedido pela instituição formadora, e número do registro junto ao Conselho Regional de Psicologia (CRP-PI), Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), Enfermagem (COREN-PI) ou Farmácia (CRF-PI), respectivamente;
 - fotocópia do CPF e comprovante de regularização (www.receita.fazenda.gov.br);
 - fotocópia da Cédula de Identidade;
 - fotocópia do Título de Eleitor e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
 - comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);
 - comprovante de inscrição no INSS;
 - fotocópia de apólice de seguro contra acidentes pessoais, invalidez ou morte, tendo como titular o candidato;
 - termo de Compromisso de Dedicção Exclusiva à Residência, conforme modelo apresentado no Anexo IV deste Edital.
- 11.3 O candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os originais dos documentos comprobatórios para autenticação das cópias a serem entregues.
- 11.4 Os candidatos estrangeiros deverão apresentar os documentos equivalentes aos solicitados no subitem 11.2 deste Edital, acrescidos de fotocópia e original dos seguintes documentos: passaporte, visto permanente no Brasil (exceto candidatos amparados por acordos, convênios ou tratados) e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros - CELPE-BRAS, em nível intermediário superior (exceto para falantes nativos do português).
- 11.5 O não comparecimento do candidato classificado no período estipulado implicará na perda da vaga.

12-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 Ao residente do Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia será assegurada bolsa de acordo com a Lei nº 11.129, de 30/06/2005.
- 12.1.1 O valor da bolsa dos residentes é definido pela Lei nº 6.932, de 07/07/1981, e suas alterações.
- 12.2 A inscrição implicará no compromisso de aceitação, por parte do candidato, das condições referentes à seleção e demais disposições estabelecidas pelo regimento interno da COREMU/UFPI e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia.
- 12.3 No ato da matrícula, os residentes assinarão o Termo de Compromisso, no qual declararão plena ciência do teor do Regimento Interno da COREMU/UFPI e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia.
- 12.4 O candidato matriculado que não comparecer na instituição executora do Programa no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a data do início das atividades, prevista para **01/03/2016**, será considerado desistente e automaticamente eliminado do Programa, sendo convocado o candidato subsequente da lista classificatória.
- 12.5 O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia são cumpridos em regime de dedicação exclusiva (Lei nº 11.129/2005), não podendo o residente desenvolver outras atividades profissionais, públicas ou privadas, no período de realização da Residência, e possui carga horária de 60 (sessenta) horas semanais, incluindo plantões diurnos e noturnos, em sábados, domingos e feriados, perfazendo um total de 2.880 horas anuais, tendo duração total de 2(dois) anos.
- 12.6 Os residentes se obrigam também a apresentar no início do segundo ano da residência, até 02 de março de 2017, cópia autenticada do comprovante de regularidade junto ao Conselho Regional de Psicologia (CRP-PI), Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), Enfermagem (COREN-PI) ou Farmácia (CRF-PI), conforme o caso, e cópia autenticada de apólice de seguro pessoal vigente até o término da Residência.
- 12.6.1 A não apresentação da cópia autenticada do comprovante de regularização no conselho profissional e da cópia autenticada da apólice de seguro pessoal até 10 de março de 2017 acarretará o desligamento do residente, a critério da Coordenação do Programa.
- 12.7 Qualquer alteração no Cronograma de Execução - Anexo V deste Edital será divulgada na internet, na página eletrônica www.ufpi.br/copese.
- 12.8 A COPESE/UFPI divulgará, se necessário, notas ou normas complementares a este Edital no sítio www.ufpi.br/copese.
- 12.9 O prazo de validade deste Edital será de 60 (sessenta) dias após o início do programa de residência (**01 de março de 2016**), encerrando-se no dia 30 de abril de 2016, às 17h30min.

- 12.10 Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, na cidade de Teresina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para interposição de recursos judiciais relativos a este Edital.
- 12.11 Decorridos 120 (cento e vinte) dias após a publicação do resultado final do processo seletivo, os cartões respostas serão incinerados.
- 12.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da UFPI e pela COREMU/UFPI, juntamente com a COPESE e a Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba) da UFPI – Áreas Profissionais Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia.

Teresina, 25 de janeiro de 2016.

José Arimatéia Dantas Lopes
Reitor da UFPI

ANEXO I - EDITAL Nº 03/2016-UFPI

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS

I-SAÚDE COLETIVA E LEGISLAÇÃO DO SUS (PARA TODAS AS ÁREAS PROFISSIONAIS)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

História das políticas de saúde no Brasil. Reforma sanitária. Sistema Único de Saúde (SUS): fundamentos, objetivos, atribuições, competências, princípios, diretrizes, gestão, aspectos organizativos e operacionais, recursos humanos, planejamento, orçamento e financiamento. Controle Social no SUS. Pacto pela Saúde. Regionalização e Redes de Atenção à Saúde. Campo e Núcleo de Saberes e Práticas em Saúde. Determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado. Política Nacional de Atenção Básica em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Política Nacional de Humanização.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>.

_____. **Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012**. Regulamenta o parágrafo 3º do artigo 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 8.689, de 27 de julho de 1993 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.htm>.

_____. Ministério da Saúde. **Cadernos HumanizaSUS - Atenção Hospitalar**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasus_atencao_hospitalar.p>.

_____. Ministério da Saúde. **Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Coletanea_Normas.pdf>.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do parágrafo 3º do artigo 37 e no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal; altera a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm>.

_____. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/decreto/D7508.htm>.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume9.pdf>>.

_____. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_integra_direitos_2006.pdf>.

_____. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm>.

_____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Artigos 196 a 200. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/14cns/docs/constituicaofederal.pdf>>.

CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 219-230, 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8123200000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Dec. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-8123200000200002>.

CAMPOS, G.W.S. et al (Orgs). **Tratado em saúde coletiva**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007

CARVALHO, S.R. **Saúde Coletiva e Promoção da Saúde**: sujeito e mudança. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2007

GIOVANELLA, L. et al. (Orgs.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500005&lng=en&nrm=iso>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000500005>. Acesso em: 09 dez. 2015.

Souza, D. O. de, Silva, S. E. V., & Silva, N. O. de. (2013). Determinantes sociais da saúde: reflexões a partir das raízes da " questão social". **Saúde e Sociedade**, 22(1), 44-56.

II-CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR ÁREA PROFISSIONAL

1. ÁREA PROFISSIONAL: PSICOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

A Psicologia e o campo das Políticas Públicas de Saúde. Inserção e atuação do psicólogo no SUS. Psicologia, saúde mental e atenção psicossocial. O psicólogo e os processos de trabalho no Núcleo de Atenção à Saúde da Família. Linhas de

cuidado e atuação do psicólogo na atenção primária. Psicologia e clínica ampliada. O psicólogo e o cuidado em saúde nos diferentes segmentos sociais.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

DIMENSTEIN, M. O psicólogo no serviço público de saúde: impasses na formação e atuação profissionais. [Versão Eletrônica]. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 53-81, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a04v03n1.pdf>

_____. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 95-122, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v5n1/a06v05n1.pdf>

_____. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 57-63, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a08.pdf>

DIMENSTEIN, M.; Macedo, J.P. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. **Psicol. cienc. prof.**, v. 32, n. spe, p. 232-245, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca17.pdf>

FERREIRA NETO, J. L. Psicologia e saúde mental: três momentos de uma história. *Saúde em Debate*, v. 32 n.78-80, p. 18-26, 2008. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/tresmomentos.pdf>

_____. Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro. *Memorandum*, v. 18, p. 130-142, 2010a. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a18/ferreiraneto01.pdf>

_____. A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. *Psicologia ciência e profissão*, v.30, n.2, p. 390-403, 2010b. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n2/v30n2a13.pdf>

LEITE, D.C., ANDRADE, A. B.; BOSI, M.L.M. A inserção da Psicologia nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. *Physis*, v. 23, n. 4, p. 1167-1187, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000400008>

LIMA, M. Atuação Psicológica coletiva: uma trajetória profissional em unidade básica de saúde. [Versão Eletrônica]. *Psicologia em estudo*, v.10, n.3, p. 431-440, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a10.pdf>

MOREIRA, D.J.; CASTRO, M.G. O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) como porta de entrada oficial do psicólogo na atenção básica. *TransForm. Psicol.*, v.2, n.2, 2009. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-106X2009000200003&lng=pt&nrm=iso

MOREIRA, J. O., ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E.de O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.27, n.4, p. 608-621, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a04.pdf>

OLIVEIRA, I. F., SILVA, F. L., YAMAMOTO, O. H. A psicologia no programa de saúde da família (PSF) em Natal: espaço a ser conquistado ou um limite da prática psicológica? *Aletheia*, v.25, p.5-19, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n25/n25a02.pdf>

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. [Versão Eletrônica]. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v.16, n.1, p.71-79, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf>

PAULON, S.; NEVES, R. *Saúde mental na atenção básica: a territorialização do cuidado*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ROMAGNOLI, R. C. A formação dos psicólogos e a saúde pública. *Pesquisas e práticas psicossociais*, v.1, n.2, 2006. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapi/RobertaRomagnoli.pdf>

SALES, A. L.; DIMENSTEIN, M. (2009). Psicólogos no processo de reforma psiquiátrica: práticas em desconstrução? *Psicologia em estudo*, v.14, n.2, p.277-285. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n2/v14n2a07.pdf>

SPINK, M. J. P. (Org.). *A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SPINK, M. J. P. *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

2. ÁREA PROFISSIONAL: FISIOTERAPIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

A Fisioterapia e o aspecto biopsicossocial das coletividades humanas. Saúde funcional na atenção primária à saúde em todas as fases do ciclo da vida e em populações vulneráveis. Vigilância dos distúrbios cinésio- funcionais. Programas e políticas públicas de saúde e a Fisioterapia. Práticas integrativas e complementares e o NASF. Fisioterapia coletiva na gestão em saúde e o estímulo à participação comunitária.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

ARAUJO, E.S.A; NEVES, S.F.P. Relato de experiência: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, e-Sus e Tabwin: as experiências de Barueri e Santo André, São Paulo. **Revista Baiana de Saúde Pública**: v.39, n.2, p.470-477 abr./jun. 2015.

BISPO JUNIOR, J.P. **Fisioterapia e saúde coletiva: reflexões, fundamentos e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2013.

_____. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(Supl. 1):1627-1636, 2010.

_____. Formação em fisioterapia no Brasil: reflexões sobre a expansão do ensino e os modelos de formação. **História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, v.16, n.3, jul.-set., p.655-668, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Área Técnica de Saúde do Trabalhador** / Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-**

2022 / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 160 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPI-C-SUS**. Brasília, DF, 2006b. (Série B - Textos Básicos de Saúde).

DELIBERATTO, B.C.P. **Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Manole, 2002.

FARIAS, N; BUCHALLA, C.M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 8(2): 187 – 93, 2005.

MACENA, R.H. et al. **Fisioterapia e promoção da saúde**. Fortaleza: Premius, 2013.

MORALEIDA, F.R.J; NUNES, A.C.L. Cuidado em Saúde Mental: Perspectiva de atuação fisioterapêutica. Atuação da Fisioterapia na Saúde Mental. Fortaleza, **Revista Fisioterapia e Saúde Funcional**, 2(1): 3-5, 2013.

REBELATTO, J.R; BOTOME, S.P. **Fisioterapia no Brasil: fundamentos para uma ação preventiva e perspectivas profissionais**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1999.

SAMPAIO, R.F; LUZ, M.T. Funcionalidade e incapacidade humana: explorando o escopo da classificação internacional da Organização Mundial da Saúde. **Cad Saúde Pública**. 25(3):475-83, 2009.

3. ÁREA PROFISSIONAL: ENFERMAGEM

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Ética, bioética e legislação em Enfermagem. Administração aplicada à enfermagem. Epidemiologia da saúde e vigilância à saúde. Caracterização e atuação do(a) enfermeiro(a) nas linhas de cuidados: criança e adolescente; mulher; idoso; homem; saúde do trabalhador; saúde da população quilombola; atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade e da população em situação de rua.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia & Saúde**. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde da criança e nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Orientações básicas de atenção integral à saúde dos adolescentes nas escolas e unidades de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. **Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. **Diretrizes e recomendações para o cuidado integral de doenças crônicas não-transmissíveis: promoção da saúde, vigilância, prevenção e assistência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CAMPOS, G. W. S. et al. (org.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Principais legislações para o exercício de enfermagem**. Disponível em: <www.portalcofen.gov.br>.

KURCGANT, P. (Coord.). **Gerenciamento em enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PAIM, J. S.; ALMEIDA, N. F. **Saúde coletiva – teoria e prática**. São Paulo: Medbook, 2013.

SOUZA, M. C. M. R.; HORTA, N. C. **Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

4. ÁREA PROFISSIONAL: FARMÁCIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Legislação farmacêutica: Lei nº 8666/1993; Portaria MS nº 4.283/2010; Resolução CFF 585, de 29 de agosto de 2013; Resolução CFF 586, de 29 de agosto de 2013; e Código de Ética Farmacêutica. Técnicas de coleta e processamento de amostras biológicas para laboratório clínico. Hematologia: hemograma – componentes e interpretação. Principais tipos de anemia e seu diagnóstico laboratorial e exames laboratoriais relacionados. Avaliação laboratorial da coagulação e hemostasia. Bioquímica clínica: avaliação laboratorial da diabetes *mellitus* e da dislipidemia. Avaliação da função renal e hepática. Diagnóstico laboratorial do infarto do miocárdio. Diagnóstico laboratorial das hepatites virais, toxoplasmose, rubéola e HIV-AIDS. Diagnóstico microbiológico em laboratório clínico: infecções bacterianas e fúngicas. Assistência farmacêutica, atenção farmacêutica e farmácia clínica. Farmacoepidemiologia, farmacovigilância e farmacoeconomia aplicadas a estudos de utilização de medicamentos. Erros de medicação. Farmácia hospitalar: gestão e logística de medicamento e material hospitalar; gestão e garantia da qualidade, indicadores de qualidade. Farmacotécnica hospitalar, saneantes, nutrição parenteral, manipulação de quimioterápicos. Controle de infecção hospitalar e uso racional de antimicrobianos e segurança do paciente. Farmacologia, interações medicamentosas, antimicrobianos. Biofarmácia. Fármacos em situações especiais: gestação, lactação, pediatria e idosos. Farmacoterapia da insuficiência hepática, insuficiência renal, hipertensão, diabetes, insuficiência cardíaca e inflamação.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- AULTON, M. **Delineamento de formas farmacêuticas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BRASIL. Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar - **Padrões mínimos em farmácia hospitalar e serviços de saúde**, 2007.
- _____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº. 67, de 8 de outubro de 2007**. Dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias. D.O.U. de 09 de outubro de 2007.
- _____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº. 87, de 21 de novembro de 2008**. Altera o Regulamento Técnico sobre boas práticas de manipulação em farmácias.
- _____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 4.283/GM**, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. DOU Seção I nº 251 pág.94-95, de 31 de dezembro de 2010.
- FERRACINI, F.; MENDES, W. **Farmácia clínica: segurança na prática hospitalar**. São Paulo: Atheneu, 2011.
- FERRACINI, F.T.; BORGES FILHO, W.M. **Prática farmacêutica no ambiente hospitalar: do planejamento à realização**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
- BRUNTON, L.L.; CHARBNER, B.A.; KNOLLMANN, B.C. **Goodman & Gilman-As bases farmacológicas da terapêutica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 2012.
- GUERRA, J.C.C.; FERREIRA, C. E. S. **Clínica e laboratório**. São Paulo, Sarvier, 2011.
- THOMPSON, J.E. **A prática farmacêutica na manipulação de medicamentos**. v.1. São Paulo: Artmed, 2006.
- OPLUSTIL, C. P.; ZOCOLI, C. M.; TOBOUTI, N. R. **Procedimentos básicos em microbiologia clínica**. 3. ed. São Paulo: Sarvier, 2010.
- RANG, H.P et al. **Farmacologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretriz brasileira sobre dislipidemias e prevenção da aterosclerose. **Arq. Bras. Cardiol.**, v 101, n. Supl. 1, p. 1-36, 2013.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGIA CLÍNICA/MEDICINA LABORATORIAL. **Recomendações da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML): coleta e preparo da amostra biológica**. – Barueri, SP: Manole: Minha Editora, 2014.
- STORPIRTIS, S. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- WALLACH, J. **Interpretação de exames laboratoriais**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

ANEXO II
EDITAL Nº 03/2016-UFPI

TABELA DE PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
I-FORMAÇÃO ACADÊMICA	
Doutorado na área profissional do candidato	15,0 pontos
Mestrado na área profissional do candidato	12,0 pontos
Especialização na área (com carga horária mínima de 360 h) na área profissional do candidato ou Residência área profissional do candidato do candidato	10,0 pontos
Graduação em Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem ou Farmácia, conforme a área profissional do candidato	8,0 pontos
II-PARTICIPAÇÃO EM CURSOS	
Curso de atualização na área profissional do candidato (com carga horária mínima de 40 horas)	1,5 pontos por curso/máximo 3,0 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área profissional do candidato (com carga horária mínima de 180 horas)	3,0 pontos por curso/máximo 6,0 pontos
III-ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	
Estágio não obrigatório na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	5,0 pontos por estágio de 100 horas/máximo de 15,0 pontos
IV-MONITORIA	
Monitoria na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a) ou PET-Saúde	4,0 pontos por semestre letivo/máximo 12,0 pontos
Monitoria em outras áreas da Saúde	3,0 pontos por semestre letivo/máximo 9,0 pontos
V-ATIVIDADE DE PESQUISA	
Atividade de pesquisa voluntária ou remunerada (CNPq, CAPES, IES ou outra agência de fomento) devidamente registrada na IES, na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	5,0 pontos por ano de atividade/máximo 15,0 pontos
VI-ATIVIDADE DE EXTENSÃO	
Participação em projeto/atividade de extensão na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	4,0 pontos por 100 horas/máximo 12,0 pontos
VII-PARTICIPAÇÃO EM EVENTO CIENTÍFICO	
Apresentação de trabalhos em evento científico da área profissional da Residência de escolha do candidato (congressos, simpósios, seminários e similares)	1,0 ponto/Internacional/máximo 5,0 pontos 0,5 ponto/ Nacional/máximo 2,5 pontos 0,3 ponto/ Regional ou Local/máximo 1,5 ponto
VIII-PUBLICAÇÕES	
Trabalho publicado em revista científica indexada da área profissional de escolha do candidato/ Capítulo de livro na área profissional de escolha do candidato	5,0 pontos por artigo ou capítulo de livro/máximo 15,0 pontos
Trabalho completo publicado em anais de congressos, simpósios, seminários e similares na área de escolha profissional do candidato, com comissão editorial	2,5 pontos por trabalho/máximo 7,5 pontos
Resumo simples publicado em congressos, simpósios, seminários e similares na área de escolha profissional do candidato, com comissão editorial	0,5 ponto por resumo/máximo 1,5 ponto
OBSERVAÇÕES:	
1-Os títulos avaliados, exceto os documentos referentes ao item I-FORMAÇÃO ACADÊMICA, deverão estar dentro do período dos últimos 05 (cinco) anos, a partir da data de publicação deste Edital.	
2-As cópias dos documentos solicitados para comprovação dos títulos deverão ser autenticadas em cartório.	

ANEXO III
EDITAL Nº 03/2016-UFPI
PLANILHA PARA ANÁLISE CURRICULAR

NOME DO CANDIDATO:	INSCRIÇÃO:
PROGRAMA: RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DO CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (PARNAÍBA) DA UFPI – ÁREAS PROFISSIONAIS PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, ENFERMAGEM E FARMÁCIA	
ÁREA PROFISSIONAL:	

ITENS (Atividade Exercida)	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	TOTAL DE PONTOS (preencher)	TIPO DE DOCUMENTO
A -Doutorado na área profissional do candidato	15,0 pontos	15,0		Cópia da Ata de defesa da tese ou diploma expedido pela IES
B -Mestrado na área profissional do candidato	12,0 pontos	12,0		Cópia da Ata de defesa da dissertação ou diploma expedido pela IES
C -Especialização (com carga horária mínima de 360 horas) na área profissional do candidato ou Residência na área profissional do candidato	10,0 pontos	10,0		Cópia da Declaração ou Certificado expedido pela Instituição de Ensino Superior
D -Graduação em Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem ou Farmácia, conforme a área profissional do candidato	8,0 pontos	8,0		Cópia da Declaração de Conclusão do Curso, expedida pela Pró-Reitoria de Graduação, Chefia de Departamento ou Coordenação do Curso, ou Diploma expedido pela IES
E -Participação em curso de atualização na área profissional do candidato (com carga horária mínima de 40 horas)	1,5 ponto/curso	3,0		Cópia do Certificado ou Declaração em papel timbrado da Instituição
F -Participação em curso de aperfeiçoamento na área profissional do candidato (com carga horária mínima de 180 horas)	3,0 pontos/curso	6,0		Cópia do Certificado ou Declaração em papel timbrado da Instituição
G -Estágio não obrigatório na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	5,0 pontos por estágio de 100 horas	15,0		Cópia da Declaração ou Certificado em papel timbrado da Instituição
H -Monitoria na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a) ou PET-Saúde	4,0 pontos por semestre letivo	12,0		Declaração ou Certificado expedido pela IES
I -Monitoria em outras áreas da Saúde	3,0 pontos por semestre letivo	9,0		Declaração ou Certificado expedido pela IES
J - Atividade de pesquisa voluntária ou remunerada (CNPq, CAPES, IES ou outra agência de fomento) devidamente registrada na IES, na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	5,0 pontos por ano de atividade	15,0		Declaração ou Certificado expedido pela IES
K -Participação em projeto/atividade de extensão na área profissional da Residência de escolha do(a) candidato(a)	4,0 pontos por projeto de 100 horas	12,0		Declaração ou certificado em papel timbrado da Instituição
L₁ -Trabalho apresentado em evento científico internacional da área profissional da Residência de escolha do candidato	1,0 ponto por evento	5,0		Certificado
L₂ -Trabalhos apresentados em evento científico nacional da área profissional de escolha do candidato	0,5 ponto por evento	2,5		Certificado
L₃ -Trabalho apresentado em evento científico regional ou local da área profissional de escolha do candidato	0,3 ponto por evento	1,5		Certificado
M -Trabalho publicado em revista científica indexada da área profissional de escolha do candidato /Capítulo de livro na área profissional de escolha do candidato	5,0 pontos por trabalho ou capítulo de livro publicado	15,0		Cópia do trabalho publicado (ou Carta de aceite da revista)/Cópia do capítulo do livro publicado
N -Trabalho completo publicado em anais de eventos na área profissional de escolha do candidato, com comissão editorial	2,5 pontos por trabalho	7,5		Cópia do trabalho publicado
O -Resumo simples publicado em anais de eventos na área profissional de escolha do candidato, com comissão editorial	0,5 ponto por resumo	1,5		Cópia do resumo simples publicado
TOTAL		150,0		

OBSERVAÇÕES:

- 1-Os títulos avaliados, exceto os itens de A a D (referentes à Formação Acadêmica), deverão estar dentro do período dos últimos 05(cinco) anos, a partir da data da publicação deste Edital.
- 2-As cópias dos documentos solicitados para comprovação dos títulos deverão ser autenticadas em cartório.

Data ____ / ____ / 2016

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO IV
EDITAL 03/2016-UFPI
TERMO DE COMPROMISSO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E EM ÁREAS PROFISSIONAIS DA SAÚDE



PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DO CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (PARNAÍBA) DA UFPI - ÁREAS PROFISSIONAIS PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, ENFERMAGEM E FARMÁCIA

TERMO DE COMPROMISSO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, expedido pelo(a) _____

_____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, candidato(a) aprovado(a) na área profissional de _____, comprometo-me a manter **Dedicação**

Exclusiva ao **PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DO CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (PARNAÍBA) DA UFPI - ÁREAS PROFISSIONAIS PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, ENFERMAGEM E FARMÁCIA**, conforme determina a legislação vigente.

Ato contínuo DECLARO **CIÊNCIA** dos termos do artigo § 2º, artigo 13, da Lei nº 11.129, de 30/06/2005, segundo o qual: "A Residência a que se refere o *caput* deste artigo será desenvolvida em regime de dedicação exclusiva e realizada sob supervisão docente-assistencial, de responsabilidade conjunta dos setores da educação e da saúde".

Teresina, _____ de _____ 2016.

Assinatura do (a) candidato(a)

ANEXO V
EDITAL Nº03/2016-UFPI
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPAS	PERÍODO (ano 2016)	LOCAL
01-Inscrição	26/01 a 02/02	Exclusivamente via internet (www.ufpi.br/copese)
02-Solicitação de isenção de taxa de inscrição	26 a 27/01	www.ufpi.br/copese
03-Divulgação de candidatos com direito à isenção da taxa de inscrição	28/01	www.ufpi.br/copese
04-Remessa ou entrega de documentos dos candidatos portadores de necessidades especiais	26/01 a 02/02	Enviar via SEDEX ou entregar pessoalmente na COPESE/UFPI (Campus Universitário Min. Petrônio Portella, Bairro Ininga, CEP: 64049-550 – Teresina-PI)
05-Pagamento da GRU	Até 03/02	Em qualquer agência bancária ou seus correspondentes
06-Disponibilização do cartão de inscrição, indicando o local de aplicação da Prova Objetiva	11/02	www.ufpi.b/copese
07-Aplicação da Prova Objetiva	14/02	Conforme informado no Cartão de Inscrição
08-Divulgação do gabarito e disponibilização da Prova Objetiva	14/02	www.ufpi.b/copese
09-Prazo para recurso do gabarito da Prova Objetiva	15/02	www.ufpi.b/copese
10-Resultado dos recursos do gabarito (consulta individual)	17/02	www.ufpi.b/copese
11-Divulgação do gabarito da Prova Objetiva após análise dos recursos	17/02	www.ufpi.b/copese
12-Resultado da Prova Objetiva- após análise dos recursos e divulgação da relação dos candidatos habilitados à entrega de títulos	Até 17/02	www.ufpi.b/copese
13-Disponibilização da planilha para análise curricular	17/02	www.ufpi.b/copese
14-Prazo para entrega de títulos	18 a 19/02	COPESE/UFPI Campus Universitário Min. Petrônio Portella, Bairro Ininga, CEP: 64049-550 – Teresina-PI
15-Resultado da análise curricular	22/02	www.ufpi.b/copese
16-Prazo para recurso da análise curricular	23/02	www.ufpi.b/copese
17-Resultado dos recursos da análise curricular (consulta individual)	24/02	www.ufpi.b/copese
18-Resultado final	24/02	www.ufpi.b/copese
19-Matrícula dos candidatos classificados	26/02	Coordenação de Pós-Graduação/PRPG/UFPI, Campus Min. Petrônio Portella, Bloco 6, Ininga, CEP: 64049-550, Teresina-PI, Tel.: (86) 3215-5562/ 3237-1883
20-Convocação de candidatos para Matrícula-2ª chamada (se houver)	29/02	www.ufpi.br
21-Matrícula-2ª chamada (se houver)	01/03	Coordenação de Pós-Graduação/PRPG/UFPI, Campus Min. Petrônio Portella, Bloco 6, Ininga, CEP: 64049-550, Teresina-PI, Tel.: (86) 3215-5562/ 3237-1883
22-Início previsto das atividades do Programa de Residência	01/03	Coordenação do Programa de Residência